

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE
Oficial



PROVA OBJETIVA

Direito Constitucional

01. O poder constituinte originário é aquele que:

- A Tem o poder de modificar a Constituição existente, desde que siga os procedimentos previstos.
- B É exercido pelo Poder Legislativo, através do processo de emenda constitucional.
- C Tem o poder de criar uma nova Constituição ou refundar o Estado.
- D É exercido pelo Povo, através de plebiscito ou assembleia constituinte.

02. Observando a regulação feita pela Constituição Federal, percebe-se que o Supremo Tribunal Federal (STF), cuja missão precípua compreende a guarda do Texto Fundamental, é dotado de um amplo conjunto de competências. No exercício do controle difuso de constitucionalidade, cumpre ao STF julgar

- A reclamação constitucional.
- B ação direta de inconstitucionalidade.
- C ação declaratória de constitucionalidade.
- D arguição de descumprimento de preceito fundamental.

03. O Art. 5º da Constituição Federal de 1988 trata de direitos e garantias fundamentais. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A O município prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- B Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular, bem como detém legitimidade para propositura da ação civil pública.
- C Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, União, Estado-Membro, Distrito Federal e Municípios.
- D São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

04. O Presidente da República precisa fazer a indicação de três cidadãos para ocuparem, respectivamente, os cargos de Ministro de Estado da Defesa, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com base na situação em questão, assinale a alternativa correta.

- A A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- B A indicação presidencial para os cargos de Ministro de Estado da Defesa e Ministro do Superior Tribunal de Justiça pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- C A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça não pode recair sobre brasileiros naturalizados.
- D A indicação presidencial para os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Ministro de Estado da Defesa não pode recair sobre brasileiros naturalizados.

05. O Presidente da República, após longa exposição de motivos, resolveu delegar ao Ministro de Estado da Segurança Pública a competência para conceder indulto. À luz da sistemática constitucional, a narrativa acima

- A não apresenta qualquer incorreção.
- B está incorreta apenas porque o Presidente da República não pode delegar suas competências.
- C está incorreta apenas porque a delegação deveria ter sido previamente autorizada pelo Congresso Nacional.
- D está incorreta, pois o Presidente da República pode conceder indulto, mas não pode delegar essa competência.

06. Nos termos da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que na vigência do estado de defesa a incomunicabilidade do preso é

- A obrigatória.
- B limitada.
- C permitida.
- D vedada.

07. Com base nas previsões da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar sobre a segurança pública que

- A às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- B é competência concorrente das polícias federal e civil as funções de polícia judiciária da União.

C os servidores policiais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

D é permitido aos Municípios que detenham a partir de 30 (trinta) mil habitantes a constituição de guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Direito Penal Militar

08. Considerando o disposto no Código Penal Militar (CPM), é INCORRETO afirmar que, em tempo de paz, consideram-se crimes militares os previstos no CPM e na legislação penal, quando praticados por

- A militar da ativa contra militar na mesma situação.
- B civil contra militar, ainda que fora de local sujeito à administração militar.
- C militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil.
- D militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil.

09. Acerca do que dispõe o Código Penal Militar (CPM) relativamente à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- A A pena poderá ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B Será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que no momento da ação ou omissão, em virtude de doença mental, não possuía a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C Não será imputada a responsabilidade pela conduta ao agente que, no momento da ação ou omissão, apesar de doença mental, possuía a capacidade de determinar-se de acordo com o entendimento do caráter ilícito do fato.
- D Não será imputada a responsabilidade pelo crime ao agente se a doença mental não suprimiu e não diminuiu a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação.

10. A consequência da prática de um delito castrense culpável é a aplicação da sanção penal

correspondente, denominada pena. O Código Penal Militar (CPM) prevê penas principais e acessórias. É pena acessória aplicável ao oficial, prevista no artigo 98 do CPM, a

- A suspensão do exercício do posto, da graduação, do cargo ou da função.
- B internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário.
- C multa.
- D indignidade para o oficialato.

11. Em seu primeiro dia na tropa, Carlos recebeu um trote e ficou completamente inconsciente após ingerir drogas que foram maliciosamente adicionadas na sua garrafa de água. Por conta de tal situação, Carlos tirou a roupa e praticou diversos crimes militares. Nesse caso, com base nas disposições do Código Penal Militar, é possível afirmar que Carlos é considerado:

- A inimputável em razão de embriaguez completa e fortuita.
- B partícipe dos crimes militares.
- C autor dos crimes militares.
- D semi-imputável.

12. Nos termos do Código Penal Militar, podem ser classificadas como medidas de segurança pessoais não detentivas:

- A a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação e o confisco.
- B a internação em manicômio judiciário e a proibição de frequentar determinados lugares.
- C o confisco e a cassação de licença para direção de veículos motorizados.
- D a cassação de licença para direção de veículos motorizados e a proibição de frequentar determinados lugares.

13. A suspensão condicional da execução da pena consiste em um direito público subjetivo do réu de, preenchidos todos os requisitos legais, ter suspensa a execução da pena imposta. Contudo, no direito penal militar, existem casos em que, não obstante preenchidas as condições legais, não será possível a aplicação do benefício. Nesse contexto, nos termos do Código Penal Militar, em tempo de paz, é correto afirmar que a suspensão condicional da pena é aplicável ao crime de

- A deserção.
- B desrespeito a superior.
- C despojamento desprezível.

D ingresso clandestino.

14. Tendo em vista as disposições gerais do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969 e alterações), no que se refere a concurso de agentes, é correto afirmar:

A A pena é agravada com relação ao agente que executa o crime sob coação de outrem.

B A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

C A pena é atenuada em relação ao agente não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.

D A pena é atenuada com relação ao agente que participa do crime, mediante paga ou promessa de recompensa.

Direito Penal

15. O princípio da anterioridade, corolário lógico do princípio da reserva legal, significa:

A anterioridade do fato em relação à norma penal incriminadora.

B precedência da lei aos fatos por ela definidos como delituosos, como condição de validade.

C que a lei nova somente regerá fatos pretéritos e não futuros, retroagindo para alcançar fatos anteriores.

D que a lei nova nunca retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.

16. Igor trafegava com seu veículo irregular quando foi abordado por policiais militares, os quais afirmaram que, sem o pagamento da quantia de quinhentos reais, iriam apreender o veículo, conforme disciplina a legislação aplicável. Igor prontamente efetuou o pagamento, a fim de evitar a apreensão de seu veículo. Nesse caso, a conduta dos policiais e de Igor se amoldam, respectivamente, como

A corrupção ativa e passiva.

B concussão e fato atípico.

C concussão e favorecimento pessoal.

D corrupção passiva e ativa.

17. Joana, maior e capaz, após um longo e cansativo dia de trabalho, ingressou em um ônibus para retornar à sua residência, sentando-se ao lado de Tício, que utilizava óculos de sol. Durante o trajeto, Joana percebeu que o homem estava, discretamente, olhando para ela e se masturbando, com o órgão genital escondido sob a blusa. Em

razão dos eventos, Tício foi encaminhado à Delegacia de Polícia e, na presença dos seus advogados, confessou os fatos, afirmando que tinha a intenção de satisfazer a própria lascívia. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o homem responderá pela prática do crime de:

A violação sexual mediante fraude;

B atentado violento ao pudor;

C importunação sexual;

D assédio sexual.

18. A respeito do crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal), é correto afirmar:

A a extorsão é crime formal, consumando-se independentemente da obtenção da vantagem pretendida pelo agente.

B a extorsão é crime material, consumando-se quando o agente obtém a vantagem pretendida, ainda que venha a ser dela despojado imediatamente.

C a extorsão se distingue do roubo pelo fato de, na extorsão, o concurso da vítima ser desnecessário para a obtenção, pelo agente, da vantagem pretendida.

D se o agente pratica, em um mesmo contexto e contra a mesma vítima, roubo e extorsão, haverá continuidade delitiva entre os dois crimes.

19. Segundo a teoria tripartite, majoritariamente adotada, o delito é composto de fato típico, ilicitude e culpabilidade. São elementos do fato típico:

A tipicidade, ilicitude, imputabilidade.

B conduta dolosa ou culposa, ausência de situações justificantes, imputabilidade.

C conduta dolosa ou culposa, resultado, nexos causal e tipicidade.

D tipicidade, ausência de situações justificantes, culpabilidade.

20. O erro de proibição quando escusável exclui a

A imputabilidade.

B culpabilidade.

C punibilidade.

D antijuridicidade.

21. Em relação à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que

A a lei penal mais branda não retroage no caso de crime permanente ou continuado.

B a lei penal posterior, benéfica para o réu, não pode ser aplicada se o processo já estiver na fase de execução da condenação.

C a lei penal superveniente mais rigorosa retroage apenas em caso de reincidência.

D a lei penal posterior retroage desde que seja benéfica para o réu, mesmo já tendo sido prolatada a decisão condenatória transitada em julgado.

Direito Processual Penal Militar

22. No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

A Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento de IPM desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à autorização ou à comunicação atividade, cometer infração judicial no caderno de investigação.

B É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.

C A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.

D A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

23. No que diz respeito ao instituto da “menagem”, assinale a alternativa incorreta.

A A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a (6) seis anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado

B A menagem tem dupla natureza jurídica. Tem efeitos de prisão provisória, porque o homenageado não pode retirar-se do lugar para o qual foi concedida, mas é um benefício, uma vez que não é cumprida com os rigores carcerários

C O Código de Processo Penal Militar veda a concessão de menagem ao reincidente

D A menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado

24. O militar preso em flagrante de crime comum por policial militar:

A Deverá ser conduzido imediatamente ao quartel da instituição a que pertencer.

B Deverá ser conduzido preso até um quartel de polícia militar, até que os militares de sua instituição venham recebê-lo em custódia.

C Deverá ser conduzido à delegacia de polícia civil, para, após a lavratura dos procedimentos legais, ser recolhido a quartel da instituição a que pertencer, onde ficará preso à disposição das autoridades competentes.

D Não deverá ser conduzido a qualquer local, de modo que somente será preso após ser indiciado no devido inquérito policial.

25. No que tange à ação penal militar, é correto afirmar que:

A o Código de Processo Penal Militar prevê que a ação penal militar é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.

B nos crimes militares contra a honra, a ação penal militar dependerá de representação do ofendido para ser iniciada pelo Ministério Público.

C nos crimes militares, não é cabível ação penal militar privada subsidiária da pública.

D nos crimes militares sexuais, a ação penal militar é privada e somente pode ser promovida por queixa do ofendido.

26. Segundo o Código de Processo Penal Militar, ocorrerá nulidade no seguinte caso:

A Se não forem observadas quaisquer formalidades processuais, independentemente da análise da existência de prejuízo para as partes.

B Quando as testemunhas ou advogados do réu forem declarados impedidos.

C Se não for realizado o exame de corpo de delito, independentemente de o crime deixar vestígios.

D Incompetência, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.

27. No processo de deserção de Oficial, transcorrido o prazo para consumir-se o crime, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com:

A quatro testemunhas.

B uma testemunha idônea e dois ouvintes.

C uma testemunha idônea e um ouvinte.

D duas testemunhas idôneas.

28. O foro competente para o julgamento do militar que, em atividade, cometer infração penal militar em local não sabido será o local

- A de seu domicílio.
- B da distribuição ao primeiro juízo militar ao qual tenha sido comunicada a infração.
- C da unidade em que ele estiver lotado.
- D onde supostamente tenha sido cometido o crime, apontado fundamentadamente pela autoridade militar responsável pelo IPM.

Direito Processual Penal

29. A prisão temporária, decretada para assegurar o sucesso de uma determinada diligência, é utilizada na fase de investigação do inquérito policial, com a finalidade de coletar provas. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- A A prisão temporária é decretada por qualquer pessoa
- B O mandado de prisão temporária, pela urgência, dispensa a indicação do período de duração
- C Os presos temporários podem permanecer junto com os demais detentos
- D Cabe prisão temporária quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade

30. A audiência de custódia

- A foi prevista na Constituição da República de 1988, mas só foi implementada após mais de duas décadas por decisão do Ministério da Justiça.
- B tem por objetivo tanto a garantia dos direitos fundamentais da pessoa que foi presa em flagrante quanto a prevenção da tortura e maus tratos no momento da prisão.
- C pode ser dispensada se houver indício de que a pessoa presa tem transtorno mental.
- D tem sua realização em caráter opcional, pois não há lei que a regule.

31. Nos termos da lei processual penal, a liberdade provisória pode ser

- A legal e formal.
- B absoluta e relativa.
- C obrigatória, permitida ou vedada.
- D plena e parcial.

32. Durante uma investigação conduzida pela polícia, o Ministério Público tomou conhecimento de abusos cometidos contra suspeitos, como o uso de força excessiva e intimidações. Qual é a obrigação do Ministério Público diante dessa situação?

- A Ignorar os abusos, pois o foco deve ser a obtenção de provas contra os suspeitos.
- B Arquivar o inquérito, pois as provas obtidas sob coação são inválidas.
- C Solicitar a substituição dos policiais envolvidos, sem interferir na investigação.
- D Exercer o controle externo da atividade policial, apurando as irregularidades e tomando as medidas cabíveis.

33. Conforme estabelecido pelo artigo 5º do Código de Processo Penal, nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado:

- A Mediante representação do investigado, nos crimes de ação pública condicionada.
- B De ofício pela autoridade policial.
- C Mediante requisição do ofendido.
- D Mediante requerimento do Ministério Público.

34. Sobre os tipos de ações penais, seu conceito, características, espécies e condições, escolha a alternativa verdadeira:

- A A autoridade policial poderá a seu critério pedir o arquivamento do inquérito.
- B Oficiosidade é o princípio em que a pretensão punitiva do Estado deve se fazer valer por órgãos públicos.
- C O princípio que diz que durante a persecução penal não é necessário que haja autorização ou provocação para a atuação oficial é a oficialidade.
- D Se o Ministério Público não se manifestar no prazo legal após receber um inquérito relatado, abre-se a possibilidade de uma ação penal privada subsidiária da pública.

35. Acerca de busca e apreensão, assinale a opção correta.

- A A busca domiciliar poderá ser feita durante a noite com autorização judicial.
- B Na busca pessoal, exige-se prévia expedição de mandado pela autoridade judiciária.
- C Se for recalcitrante o morador, será permitido usar força contra móveis da casa para localizar o que se quer apreender.
- D Quando o delegado realizar pessoalmente a busca domiciliar, será dispensado o mandado judicial.

Direito Administrativo

36. No âmbito do Direito Administrativo, os princípios básicos orientam a atuação da

administração pública. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A O princípio da impessoalidade impede a administração pública de conceder privilégios pessoais em suas decisões.

B O princípio da legalidade permite que a administração pública atue livremente, desde que não exista uma lei que proíba a ação.

C O princípio da publicidade dispensa os atos administrativos de serem divulgados para o público em geral.

D O princípio da eficiência não é considerado na administração pública, uma vez que o foco é apenas a legalidade dos atos.

37. Dentre as opções elencadas abaixo, assinale aquela que NÃO integra a Administração Direta de um ente da federação.

A Tribunal de Contas do Estado.

B Empresa Estadual de Viação e Transportes.

C Secretaria Estadual da Fazenda e Economia.

D Defensoria Pública da União.

38. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de "desconcentração" administrativa?

A Delegação de poderes de uma entidade central para governos locais ou regionais;

B Distribuição interna de competências dentro da mesma entidade, sem transferência de autonomia jurídica;

C Processo de fusão entre diferentes entidades administrativas para otimizar recursos;

D Criação de uma nova entidade com personalidade jurídica própria para desempenhar funções específicas.

39. São traços característicos do PODER DE POLÍCIA, EXCETO:

A Provém privativamente de autoridade pública.

B É imposto coercitivamente pela Administração.

C Abrange genericamente as atividades e propriedades.

D Não pode ser exercido previamente, antes que uma atividade ou ação individual se inicie.

40. Considerando os atos administrativos, qual é um dos atributos dos atos administrativos que implica que eles podem ser executados independentemente de ordem judicial?

A Imperatividade

B Presunção de legitimidade

C Presunção de veracidade

D Autoexecutoriedade

41. De acordo com o Art. 14 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Improbidade Administrativa), qualquer pessoa tem a prerrogativa de:

A Solicitar a instauração de um inquérito policial para apurar atos de improbidade administrativa.

B Propor ação civil pública contra atos de improbidade administrativa.

C Apresentar uma petição ao Ministério Público para instauração de investigação sobre atos de improbidade.

D Representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

42. Concorrência é modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser, exceto:

A menor preço

B melhor técnica

C maior preço

D técnica e preço

Legislação Extravagante

43. A Lei nº 8.072/1990 dispõe sobre os crimes hediondos. Assinale a alternativa correta que contém crime considerado hediondo.

A Estupro

B Furto qualificado

C Homicídio culposo

D Roubo simples

44. Assinale a alternativa que indica ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

A Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

B Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial municipal.

C Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

D Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.

45. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, assinale a alternativa incorreta.

A Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa

B Na mesma pena do delito de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal

C Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade

D A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada

46. A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) foi criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo mecanismos de proteção específicos. Sobre esta legislação, analise as assertivas a seguir:

I. A violência doméstica pode ser física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral.

II. O agressor pode ser afastado do lar ou do local de convivência com a vítima como medida protetiva.

III. A aplicação da Lei Maria da Penha depende de boletim de ocorrência formalizado pela vítima.

Sobre as assertivas, pode-se afirmar que:

A Apenas I e II estão corretas.

B Apenas II e III estão corretas.

C Apenas I e III estão corretas.

D Todas estão corretas.

47. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, de 1969), assinale a alternativa correta.

A A tentativa de falta disciplinar será punida com a mesma sanção prevista para a falta consumada

B Toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença pendente de recurso, por erro judiciário

C Toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença passada em julgado, por erro judiciário

D Apenas as crianças e os adolescentes têm direito à indenização, conforme a lei, em caso de condenação em sentença passada em julgado, por erro judiciário

Conhecimentos Gerais sobre o Estado de Sergipe

48. Com relação à organização política de Sergipe, assinale a opção correta.

A Sergipe é o menor estado brasileiro em termos de extensão territorial.

B Os primeiros representantes do estado de Sergipe no Congresso Nacional foram eleitos em 1822, ano que marca a promulgação da Constituição do Estado.

C O território do estado de Sergipe é dividido em oitenta municípios, com uma população de quase 3 milhões e meio de habitantes.

D Sergipe é representado, no Poder Legislativo federal, por 8 deputados federais e 4 senadores.

49. De acordo com o IBGE, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: Sergipe, durante quase dois séculos e meio, foi de capitania subalterna, dedicada a abastecer a Bahia com sua produção _____. Dela, recebia as famílias dos dominantes, os encargos, as autoridades e os produtos de seu comércio.

A agropecuária

B aquicultural

C agroindustrial

D carcincultural

50. Durante o processo de formação do território sergipano, diversos aspectos físicos desempenharam um papel fundamental na configuração geográfica da região. Analise as alternativas a seguir e assinale aquela que corretamente descreve um desses aspectos físicos:

A Elevada atividade vulcânica, resultando em uma topografia montanhosa.

B Presença de extensas planícies aluviais, propícias para o desenvolvimento agrícola.

C Ausência de rios significativos, influenciando na distribuição da população.

D Intensa presença de Cerrado, destacando-se como um dos principais biomas da região.

51. Sergipe passou por desmembramentos municipais ao longo de sua história, resultando na configuração atual de seus municípios. Com base nas informações fornecidas, avalie as seguintes proposições:

I. O município de Tobias Barreto está localizado na região nordeste de Sergipe, fazendo divisa com o estado de Alagoas.

II. Canindé de São Francisco, conhecido pelo turismo ecológico, está localizado na região noroeste de Sergipe, fazendo divisa com o estado de Alagoas.

III. Nossa Senhora das Dores, com destaque para suas festas religiosas, está localizado na região sul de Sergipe, fazendo divisa com Alagoas.

Assinale a alternativa correta:

- A Apenas I está correta.
- B Apenas II está correta.
- C Apenas III está correta.
- D Nenhuma das proposições está correta.

52. De acordo com o IBGE, sobre o Sergipe, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

() Em 1820, o Rei do Brasil e de Portugal, Dom João VI, assinava a Carta Régia, elevando Sergipe à categoria de Capitania Independente.

() A independência do território de Sergipe da Bahia foi marcada pela tranquilidade e pela aceitação de todos.

() A data de emancipação considerada até a década de 1990 foi 24 de outubro, quando se comemora a recuperação da Independência de Sergipe.

- A C - C - E
- B E - C - C
- C C - E - E
- D C - E - C

53. Barragens são barreiras artificiais criadas em cursos d'água para a retenção de grandes volumes de água. O estado de Sergipe possui diversas barragens, dentre elas está a Sindicalista Jaime Umbelino de Souza, localizada no município de São Cristóvão, onde o curso d'água barrado é o curso d'água do rio

- A Taquari.
- B Itabapoana.
- C Poxim Açu.
- D Jacuí.

Legislação PMSE

54. Em consonância com o preceituado na Lei Complementar nº 291 de 21 de agosto de 2017, a qual versa sobre o Código de Disciplina e Ética dos Militares de Sergipe, apresenta-se como causa de justificação, dentre outras:

- A ter o transgressor relevantes serviços prestados registrados em seus assentamentos
- B ter o transgressor procurado diminuir as consequências da transgressão, antes da sanção, reparando os danos
- C ter o agente confessado espontaneamente a autoria da transgressão, quando esta for ignorada ou imputada a outrem
- D ter o agente cometido a transgressão na prática de ação meritória

55. Em atenção ao previsto na Lei Complementar nº 291 de 21 de agosto, de 2017, a qual versa sobre o Código de Disciplina e Ética dos Militares de Sergipe, apresenta-se como transgressão disciplinar de natureza grave, dentre outras:

- A censurar ato de superior hierárquico ou procurar desconsiderá-lo entre civis ou militares
- B manter indevidamente em seu poder bem de terceiros ou da Fazenda Pública
- C utilizar-se de recursos humanos ou logísticos do Estado ou sob sua responsabilidade para satisfazer a interesse pessoal ou de terceiros
- D deixar de adotar medida contra irregularidade de que tome conhecimento ou de providenciar a respeito de ocorrência no âmbito de suas atribuições

56. No que concerne ao previsto na Lei Estadual nº 2.066 de 23 de dezembro de 1976 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe), não se consideram vagos os cargos policiais militares cujos ocupantes tenham sido:

- A licenciados para tratamento de saúde
- B considerados extraviados
- C exonerados
- D considerados desertores

57. No que diz respeito ao tema da “promoção”, como tal preceituado na Lei Estadual nº 2.066 de 23

de dezembro de 1976 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe), assinale a alternativa incorreta:

- A Em casos extraordinários, pode haver promoção em ressarcimento de preterição
- B O planejamento da carreira dos oficiais e das praças é atribuição do Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe
- C A promoção é um ato administrativo e tem como finalidade básica a seleção dos policiais militares para o exercício de funções pertinentes ao grau hierárquico superior
- D As promoções devem ser efetuadas pelos critérios de antiguidade e merecimento, ou ainda, por bravura e “post-mortem”

58. Assinale a alternativa correta sobre a situação dos Policiais Militares nos termos da Lei Estadual de Sergipe nº 2.066, de 23/12/1976.

- A Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação
- B Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação
- C Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação
- D Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação

59. Assinale a alternativa incorreta sobre a Lei Estadual nº 3.669/1995:

- A A Polícia Militar é subordinada administrativamente ao Governador do Estado, integrando, porém, como órgão operacional, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- B A Polícia Militar do Estado de Sergipe - PM/SE, está estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.
- C O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado terá à sua disposição um Capitão, como Assistente, e um Subtenente, como Ajudante de Ordens.

D O Chefe do Estado Maior terá à sua disposição auxiliares previstos no Quadro de Organização (QO).

60. Qual posto/graduação abaixo possui o maior nível hierárquico?

- A Cabo PM
- B Subtenente PM
- C Aspirante a Oficial PM
- D 1ª Tenente PM

PROVA DISSERTATIVA

- Para o desenvolvimento da Prova Dissertativa, o candidato deverá **redigir no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas**. As redações com extensão inferior a 20 (linhas) serão zeradas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão superior a 30 (trinta) linhas.
- A Prova Dissertativa deverá ser manuscrita, em letra LEGÍVEL, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.
- A Prova Dissertativa será avaliada na escala de **0 (zero) a 60 (sessenta) pontos**, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **30 (trinta) pontos**.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

Em 2020, o Ministério Público do Trabalho MPT recebeu quase 50 mil denúncias de assédio moral em todo país. Além disso, segundo pesquisa feita por um site de vagas de emprego, 52% dos entrevistados alegaram já ter sofrido algum tipo de assédio moral no meio corporativo. No entanto, 87% não denunciaram por vergonha, medo ou receio de perder o emprego.

O assédio moral no trabalho foi o assunto de entrevista com a presidente da Comissão da Mulher da Associação Brasileira de Advogados em Mato Grosso ABA/MT, Livia Quintieri, para a TRT FM 104.3. No bate papo, ela fala sobre como essa violência ocorre de forma sutil e mascarada e explica como identificar e denunciar as agressões.

Como se dá o assédio moral dentro do ambiente de trabalho? O abuso emocional pode ocorrer de chefe para trabalhador e entre colegas de trabalho? Este é um mal que assola a sociedade e que tira a paz e o progresso também porque atrapalha o desenvolvimento das relações de trabalho e a produtividade das empresas.

O assédio moral é um ato constante repetitivo de constranger, humilhar, diminuir e rebaixar a pessoa, ofendendo reiteradamente, não pode ser uma discussão pontual. Essa atitude precisa ser reintegrada com objetivo realmente de ofender, de menosprezar e diminuir causando a essa pessoa dano e sofrimento de ordem psicológica, emocional e mental. Tudo isso dentro do ambiente do trabalho, no exercício da função, do cargo ou do emprego.

Pode ser praticado entre o superior hierárquico para a pessoa que exerce a função sob a sua orientação e entre pares. Não é incomum que esse abuso ocorra entre pares. Então também pode ocorrer em uma relação de igualdade de posição hierárquica.

Não tão comum, mas ocorre: a pessoa que ocupa uma posição hierárquica superior também pode sofrer. O chefe também pode sofrer abuso emocional dos seus funcionários. Esse abuso emocional se dá de várias formas. Com olhares, atos e muitas vezes ele é tão silencioso que só quem sofre percebe. [...]

Nove em cada 10 vítimas de assédio moral no trabalho não denunciam. Disponível em: <https://www.olivre.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Assédio moral no ambiente de trabalho.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar de Sergipe

NÍVEL SUPERIOR

Oficial PM (Combatente)																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	D	A	D	C	B	A	D	A	D	D	B	B	D	C	A	C	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	D	A	C	A	D	D	C	D	B	C	D	B	D	C	A	B	B	D	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	A	C	C	A	C	A	A	B	B	D	C	D	C	A	B	C	C	D

Modelo de Redação

Durante o período da Era Vargas, os trabalhadores conquistaram seus direitos garantidos por lei na chamada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Entretanto, tais benefícios seguem sendo desrespeitados, uma vez que as práticas de assédio moral no ambiente de trabalho dos brasileiros ainda são recorrentes. Desse modo, a falta de empatia causada pela luta entre classes e a ineficácia jurídica em garantir os direitos dos trabalhadores se tornam aspectos relevantes para a problemática.

Primeiramente, é válido ressaltar que a competitividade no meio de trabalho intensifica a ocorrência de assédio moral nesse ambiente. Sob esse viés, segundo a frase do filósofo Karl Marx, “A história da sociedade até os dias atuais é a história da luta entre classes”. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade brasileira confirma tal pensamento, haja vista o conflito por poder entre os membros de empresas que consequentemente ocasiona a ocorrência de assédios morais no âmbito de trabalho. Logo, as vítimas de situações semelhantes à supracitada se sentem coagidas a pedir demissão.

Ademais, a ineficácia jurídica no que tange o cumprimento das leis referentes ao coletivo corrobora para a temática. Diante disso, segundo o Artigo 6.º da Constituição Federal Brasileira de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito à segurança e ao trabalho. Contudo, tal ideal não é plenamente assegurada graças a uma lacuna jurídica em fiscalizar e punir quem pratica crimes que ferem esses direitos, dentre os quais se encontra o comportamento abusivo que ataca a dignidade psicológica e emocional do indivíduo. Dessa forma, se faz notório a importância da atuação dos órgãos responsáveis para erradicar tal entrave do ambiente de trabalho brasileiro.

Portanto, medidas são necessárias para resolver o impasse. Cabe ao Poder Judiciário divulgar, por meio da mídia, canais de denúncias para que assim os órgãos competentes possam aplicar as medidas corretas para àqueles que praticam crimes contra trabalhadores. Quiçá, nessa via, o Brasil conseguirá garantir os direitos dos trabalhadores e a dignidade dos cidadãos não será mais comprometida.